

Para o efeito, deverá ser utilizado o formulário tipo, publicado pelo Despacho (extracto) n.º 11321/2009, DR n.º 89, 2.ª série, de 8 de Maio de 2009 e disponibilizado no sítio do Ministério dos Negócios Estrangeiros www.mne.gov.pt.

2 — Mais se notifica que a referida lista, se encontra afixada para consulta, no “local de estilo” da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na respectiva página electrónica www.mne.gov.pt.

O processo instrutório relativo ao procedimento concursal está disponível para consulta dos interessados nas instalações do núcleo de Apoio aos Procedimentos Concursais da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa, das 9h30 às 13h e das 14 h às 18h.

9 de Agosto de 2011. — O Director do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

205027098

Despacho (extracto) n.º 10511/2011

Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, de 8 de Agosto de 2011, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 15.º da Portaria n.º 504/2007, de 30 de Abril e na alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, foi determinado que o Embaixador Jorge Alberto Nogueira de Lemos Godinho, que por Despacho (extracto) n.º 17401/2010, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 225, de 19 de Novembro foi nomeado para exercer as funções de Presidente da Comissão de Selecção e Desclassificação, que funciona junto da Direcção de Serviços de Biblioteca e Arquivo Histórico e Diplomático do Instituto Diplomático, seja exonerado, com efeitos a 4 de Junho de 2011.

8 de Agosto de 2011. — O Director do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

205029585

Despacho (extracto) n.º 10512/2011

Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, de 8 de Agosto de 2011, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 15.º da Portaria n.º 504/2007, de 30 de Abril e n.º 4 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, foi determinado que o Embaixador João Alberto Bacelar da Rocha Páris, mantenha o exercício das funções de vogal junto da Comissão de Selecção e Desclassificação, que funciona junto da Direcção de Serviços de Biblioteca e Arquivo Histórico e Diplomático do Instituto Diplomático, para as quais havia sido nomeado através do Despacho (extracto) n.º 477/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6 de 10 de Janeiro, com efeitos a 1 de Julho de 2011, data em que foi reconhecido o direito à jubilação.

8 de Agosto de 2011. — O Director do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

205029211

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Polícia Judiciária Militar

Louvor n.º 1625/2011

Louvo o Coronel de Administração Militar NIM 16867474 Luís Augusto Vieira pela forma exemplar como, durante mais de dois anos, vem desempenhando na Polícia Judiciária Militar as funções de Subdirector Geral, situação em que revelou as mais altas qualidades como homem e militar.

O Cor Luís Vieira, dada a sua larga experiência em áreas relacionadas com a Justiça, como defensor oficioso do Supremo Tribunal Militar, perito da Polícia Judiciária Militar e juiz militar na 1.ª Vara do Tribunal Criminal do Porto, isto para além da sua sólida formação jurídico-penal, foi sempre um colaborador inestimável enquanto conselheiro principal do director-geral da PJM, tendo trazido para a instituição não só a sua experiência mas também o seu carácter, verticalidade e lealdade a toda a prova.

Durante este período e para além da sua função genérica, foram-lhe atribuídas responsabilidades pela orientação da gestão administrativa e de apoio técnico à investigação, bem como as relacionadas com a formação do pessoal, civil e militar da PJM, tendo contribuído decisivamente para a melhoria do Curso de Investigador da PJM, que garante a qualidade dos seus investigadores, especialmente através das ligações privilegiadas que conseguiu criar com a direcção da Escola da Polícia Judiciária.

Não menos importante foi o seu contributo no desenvolvimento dos contactos necessários à conclusão com sucesso da assinatura de protocolos de acesso às bases de dados do ITIJ, ferramenta que se considera essencial para o apoio à investigação. Além de tudo isto, o Coronel Luís Vieira, sendo possuidor de elevada coragem moral, ponderação e frontalidade, foi sempre capaz de apresentar bem fundamentadas propostas de resolução das várias situações com que a PJM se defrontou, contribuindo deste modo decisivamente para uma acertada tomada de decisão por parte da Direcção.

Em todas estas situações, o Coronel Luís Vieira, sempre manifestou elevados dotes de lealdade, carácter, honestidade e integridade a toda a prova que o transformaram num elemento fundamental da Direcção da PJM.

Assim, pelas brilhantes qualidades demonstradas de direcção e no âmbito técnico-profissional, revelando elevada competência, extraordinário empenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da PJM, o Coronel Luís Vieira, é merecedor de que os serviços por si prestados, em prol da Polícia Judiciária Militar e do Ministério da Defesa Nacional, sejam considerados extraordinários, relevantes e muito distintos.

15 de Julho de 2011. — O Director-Geral da Polícia Judiciária Militar, *Duarte Manuel Alves dos Reis*, tenente-general.

205027162

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Aviso n.º 16274/2011

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, da carreira unicategorial de técnico superior.

Nos termos do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, informam-se os interessados de que o projecto de lista de candidatos admitidos e excluídos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a que se refere o aviso de abertura com o n.º 14105/2011, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 13 de Julho de 2011, encontra-se disponível para consulta em www.prociv.pt, assim como em local visível e público, nas instalações da Sede da Autoridade Nacional de Protecção Civil, sita na Av. do Forte em Carnaxide, 2794-112 Carnaxide.

Para efeitos do exercício de audiência dos interessados a que se refere o artigo 31.º, n.º 1, da Portaria n.º 83-A/2009, e conforme o n.º 1 do artigo 101 do Código do Procedimento Administrativo, os interessados detêm o prazo de 10 dias úteis para, querendo, dizerem o que se lhes oferecer.

8 de Agosto 2011. — A Presidente do júri, *Maria Alexandre Canhoto Gonçalves da Silva*.

205026839

Aviso n.º 16275/2011

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da carreira unicategorial de técnico superior.

Nos termos do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, informam-se os interessados de que o projecto de lista de candidatos admitidos e excluídos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a que se refere o aviso de abertura n.º 14106/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 13 de Julho de 2011, encontra-se disponível para consulta em www.prociv.pt assim como, em local visível e público, nas instalações da sede da Autoridade Nacional de Protecção Civil, sita na Av. do Forte, 2794-112 Carnaxide.

Para efeitos do exercício de audiência dos interessados a que se refere o artigo 31.º, n.º 1, da Portaria n.º 83-A/2009, e conforme o n.º 1 do

artigo 101 do Código do Procedimento Administrativo, os interessados detêm o prazo de 10 dias úteis para, querendo, dizerem o que se lhes oferecer.

09 de Agosto de 2011. — A 1.ª Vogal Efectiva, em substituição da Presidente, *Carla Alexandra Carvalho Lopes Osório Nunes*.

205026693

Aviso n.º 16276/2011

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, da carreira unicategorial de técnico superior.

Nos termos do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, informam-se os interessados de que o projecto de lista de candidatos admitidos e excluídos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a que se refere o aviso de abertura n.º 14108/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 13 de Julho de 2011, encontra-se disponível para consulta em www.prociv.pt, assim como em local visível e público, nas instalações da Sede da Autoridade Nacional de Proteção Civil, sita na Av. do Forte, 2794-112 Carnaxide.

Para efeitos do exercício de audiência dos interessados a que se refere o artigo 31.º, n.º 1, da Portaria n.º 83-A/2009, e conforme o n.º 1 do artigo 101 do Código do Procedimento Administrativo, os interessados detêm o prazo de 10 dias úteis para, querendo, dizerem o que se lhes oferecer.

10 de Agosto de 2011. — A Presidente do júri, *Carla Gabriela Ribeiro Baptista*.

205026896

Direcção-Geral de Administração Interna

Despacho n.º 10513/2011

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 23.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterado e republicado pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, para efeitos de eventual renovação da comissão de serviço, os titulares dos cargos de direcção intermédia, darão conhecimento do termo da respectiva comissão de serviço ao respectivo dirigente máximo, com a antecedência mínima de 90 dias.

Considerando que o dirigente em apreço cumpriu o estipulado quanto ao termo da comissão de serviço e apresentou o relatório de demonstração das actividades prosseguidas e resultados obtidos, o qual foi objecto de análise circunstanciada;

Considerando que no exercício do cargo alcançou bons resultados e demonstrou capacidades de liderança, de gestão e compromisso com o serviço público, com respeito pelas normas jurídicas, éticas e deontológicas.

Torno público, que por meu despacho de 31 de Janeiro de 2011, proferido ao abrigo do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua actual redacção, foi renovada a comissão de serviço da licenciada Raquel Sanchez Rosa de Albuquerque d'Orey, no cargo de Directora de Serviços da Direcção de Serviços dos Assuntos Europeus.

8 de Agosto de 2011. — O Director-Geral de Administração Interna, em regime de substituição, *Jorge Manuel Ferreira Miguéis*.

205031674

Despacho n.º 10514/2011

Nomeação para o cargo de Dirigente Intermédio de 2.º grau Chefe de Núcleo Jurídico e Estudos Eleitorais da Direcção-Geral da Administração Interna

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau seja efectuado por selecção de entre trabalhadores com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que tendo sido dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º e, terminado o prazo para a apresentação de candidaturas, a escolha deveria recair no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas, melhor correspondesse ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço;

Considerando que o júri, na acta final que integra o respectivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a nomeação da licenciada Sónia Cristina Soeiro da Silva Tavares, por reunir as condições exigidas para o desempenho do cargo a prover, porquanto, inequivocamente, demonstrou possuir o perfil adequado às funções a assumir, boas condições técnicas e interpessoais para prosseguir as atribuições e objectivos do Núcleo Jurídico e Estudos Eleitorais, em virtude de ser detentora duma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções ligadas aos domínios da área funcional do cargo a prover.

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º n.º 1 e 21.º n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro determino o seguinte:

1 — É nomeada, em comissão de serviço, Chefe de Núcleo Jurídico e Estudos Eleitorais, a licenciada Sónia Cristina Soeiro da Silva Tavares;

2 — A presente nomeação produz efeitos a 27 de Abril de 2011.

11 de Agosto de 2011. — O Director-Geral, em regime de substituição, *Jorge Miguéis*.

Nota curricular

I — Dados pessoais

Nome: Sónia Cristina Soeiro da Silva Tavares

Data de Nascimento: 72/04/05

II — Habilitações académicas

Licenciatura em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, concluída em 1995.

III — Experiência profissional

2010-2011 — Nomeada, em regime de substituição, Chefe de Núcleo de Estudos Jurídicos e Eleitorais (NJE), da Direcção de Serviços Jurídicos e Estudos Eleitorais (DEE), da Direcção-Geral de Administração Interna (DGAI).

2007-2010 — técnica superior no Núcleo de Estudos Jurídicos e Eleitorais (NJE), da Direcção de Serviços Jurídicos e Estudos Eleitorais (DEE), da Direcção-Geral de Administração Interna (DGAI).

2000-2007 — Técnica Superior, da carreira de sociólogo, na Divisão de Estudos (DE), da Direcção de Serviços Jurídicos e Eleitorais (DSJE), do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE).

1997- 2000 — Técnica Superior, da carreira técnica superior, na Divisão de Estudos (DE), da Direcção de Serviços Jurídicos e Eleitorais (DSJE), do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral do (STAPE).

1997- 2011 — Desempenhou diversas actividades enquanto técnica superior do STAPE, actual DGAI:

Integrou o grupo de trabalho constituído com vista à análise da documentação destinada à Base de Dados do Recenseamento Eleitoral, enviada pelas Comissões Recenseadoras. Desde 2002 integrou, como coordenadora os grupos de trabalho pluridisciplinares constituídos com vista à organização e condução do processo relativo à votação dos eleitores portugueses residentes no estrangeiro. Desde 2001 foi autora e co-autora dos seguintes estudos:

“Caracterização dos Eleitos Locais — Perfil do Autarca (1997, 2001, 2005); “Caracterização das Mulheres Eleitas — Autarquias Locais 1997”; “Atlas Eleitoral — Presidenciais (2001, 2006)”; “Atlas Eleitoral — Assembleia da República (1999, 2002, 2005); “Atlas Eleitoral — Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira (2000, 2004); “Atlas Eleitoral — Parlamento Europeu (1999, 2004, 2009)”; “Atlas Eleitoral — Autárquicas (1997, 2001, 2005)”; “Atlas Eleitoral — Referendos Nacionais (1998, 2007); “Eleições na República Democrática de São Tomé e Príncipe (1990 a 2006); “Eleições Autárquicas Intercalares — 1978 a 2007 — Câmaras Municipais e Assembleias de Freguesia”.

Participou na realização do “Manual do Recenseamento”, destinado às Comissões Recenseadoras.

Integrou o grupo de trabalho constituído em 2006, pelo então Secretário de Estado da Administração Interna, para a elaboração de um anteprojecto de proposta que procedesse à consolidação num só diploma, dos procedimentos eleitorais das leis, actualmente existentes.

Coordenou e acompanhou a concepção de um formulário on-line do registo dos cidadãos eleitos.